

Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VII

*Universidade de
Coimbra

Jorge de Alarcão

Resumo O presente artigo, na sequência de outros que temos vindo a publicar na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, subordinados ao mesmo título, aborda questões menores, como a interpretação da enigmática inscrição *IRCP* 288, o traçado de uma via da Beira Baixa, a etimologia dos topónimos Sesimbra e Tomar, ou o nome *Effrom* que se lê em breviários dos séculos XV e XVI que falam de Santa Iria. Sugere a existência de um ramo da família Cornélia na Beira Baixa. Revê o que se sabe sobre a *villa* romana de Ançã e propõe a reconstituição de peças de escultura aí encontradas. Finalmente, tenta explicar o nome de S. Neutel, que se regista em Portugal mas é desconhecido dos dicionários de santos.

Abstract The present paper follows some others published by the author in previous volumes of *Revista Portuguesa de Arqueologia*. A new interpretation of the inscription *IRCP* 288 is advanced. A Roman road in the Portuguese province of Beira Baixa is traced based on some inscriptions. The place-names of Sesimbra and Tomar are here discussed. The river-name *Effrom* on liturgical texts of the 15th and 16th centuries is examined. The presence of a branch of the Roman family of the Cornelii in the area of Sabugal is suggested. Findings from the Roman villa of Ançã (including two pieces of sculpture) are examined. Finally, the author tries to identify the unknown saint Neutel.

45. Uma cratera de ágata consagrada a Atégina?

No século XVIII, Frei Manuel do Cenáculo recolheu, numa herdade do Alentejo chamada da Torre, um vaso de pedra com inscrição gravada no bordo. O vaso desapareceu mas ficou

dele um desenho que o prelado fez (ou mandou fazer), desenho que se encontra entre os papéis de Frei Manuel do Cenáculo na Biblioteca Pública de Évora (Fig. 1).

Segundo José d'Encarnação (*IRCP*, n.º 288), o vaso foi provavelmente recolhido na Herdade da Torre da Cardeira, na freguesia de Quintos

do concelho de Beja. Houve aí uma rica *villa* romana (Lopes, 2003, II, p. 35), onde parece ter-se recolhido uma inscrição que, sem proveniência segura, se encontra no Museu de Évora e é dedicada D(eae) S(anctae) TVRVBRICE(nsi) — a mesma divindade à qual terá sido consagrada a cratera que constitui objeto da presente nota.

José d'Encarnação apresentou três hipotéticas leituras da inscrição:

- A) DEAE SANT CHAE CRATRSCERA SANTILO SECCC
- B) DEAE SAN[...]AE CRATR SCFRASAN[...]TILIOSECC[...]C (Segundo Hübner, CIL II 101)
- C) DEAE SANCTAE GRATRO SAIITILIO CO[...] (Segundo Bayer)

Não há dúvida de que o vaso foi consagrado a uma *Dea Sancta*. Este é nome que provavelmente designa a deusa Atégina, também invocada sob o nome de *Dea Sancta Turibrigensis* (Abascal, 1995; vários artigos na revista *Sintria*, 3–4, 1995–2007).

Como escreveu José d'Encarnação, “todo o resto da inscrição continua difícil de explicitar, mesmo na versão «simplificada» de Bayer: aí tanto se pode reconstituir CRAT(eram) como o nome do dedicante: *Grattius? Satellius?*”

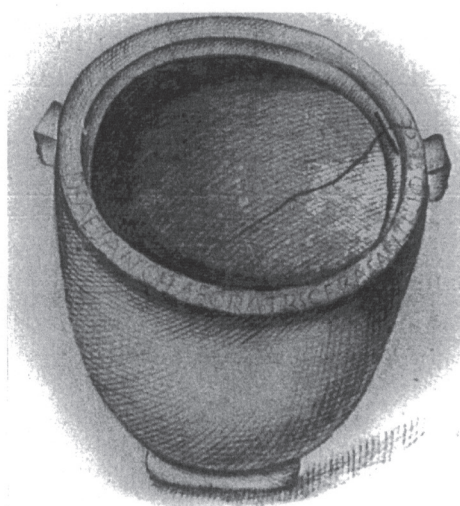
São conhecidas diversas inscrições em que os dedicantes declaram que oferecem (ou ofereceram) determinado vaso a determinada divindade, indicam a matéria do vaso (prata, vidro, etc.) e o que pagaram por ele (ou o seu valor). Sem pretendermos recensar exemplos, citaremos um que serve de amostra: *Nymphis lasis... phialam arg(enteam) p(ondo) II d(ono) d(ederunt)* (AE, 1985, n.º 174).

Partindo de semelhantes exemplos, propomos a seguinte interpretação:

DEAE SANC(tae) HAE CRAT(e)R(ae) S(acratae) CERACANTILIO SE(stercii) CCC

Estas crateras de ágata amarela, que custaram trezentos sestércios, são (ou serão) consagradas à Deusa Santa

Seria normal termos o nome do dedicante. Pensando, porém, que não se tratava de oferta em santuário público, mas em santuário privado de *villa*, podemos entender a omissão do dedicante. Não nos parece que possa admitir-se a



DEAE SANCHAE CRATRSCERACANTILIO SECC

Fig. 1 – Desenho de Frei Manuel do Cenáculo na Biblioteca Pública de Évora. A inscrição foi decalcada sobre a fotografia publicada em IRCP.

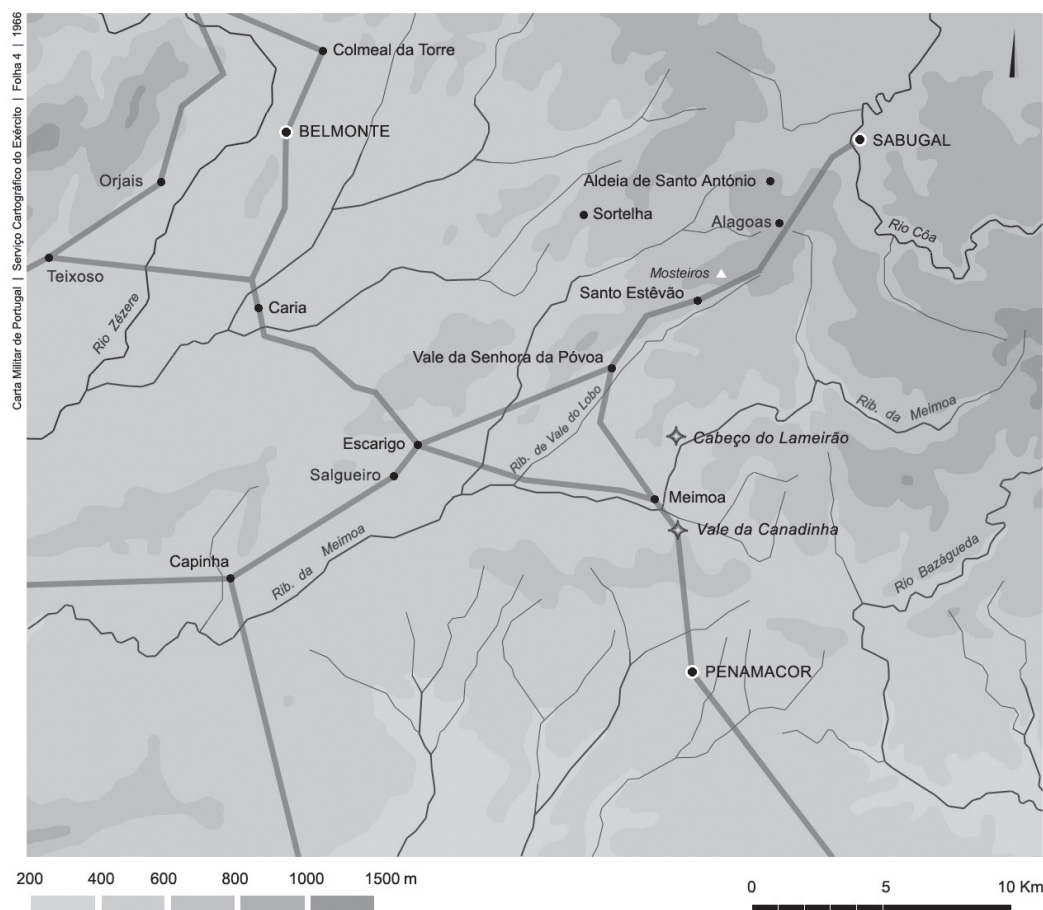
hipótese de o nome deste ter sido gravado no final da inscrição — final que Frei Manuel do Cenáculo não teria podido ler por a inscrição se achar muito delida pelo continuado uso do vaso.

Para designar a cratera (e o desenho de Frei Manuel do Cenáculo mostra um vaso ao qual, sem grande dificuldade, se pode aplicar este nome), usava-se, em latim, a forma masculina *crater*, *eris* ou a feminina *cratera*, *ae*.

Se lêssemos CRAT(e)R, admitindo um nominativo do nome masculino *crater*, não explicaríamos o *hae* que precede o nome. Partindo do adjetivo demonstrativo *hae*, que é forma nominativa feminina do plural, podemos restituir *hae crat(e)r(ae)*. Não nos parece impossível que o dedicante tenha oferecido um par de crateras e tenha feito gravar a inscrição apenas numa das peças; ou que a tenha feito repetir em ambas. Restituindo *hae crat(e)r(ae)*, poderemos ver no S seguinte uma abreviatura de *s(acratae)*?

A palavra CERACANTILIO recorda-nos o nome latino, de origem grega, *cerachates*, *ae*. Trata-se da ágata amarela, pedra de algum valor, da qual poderiam fazer-se vasos. Plínio 3. 137 refere variedades de *achates*, “ágata”: *cas-pachates*, *cerachates*, *smaragachates*, *haemachates*, *leucachates*, *dendrachates*, *antachates*, *corallachates*.

Fig. 2 – Carta da área de Belmonte, Sabugal e Penamacor, com indicação do traçado provável das vias romanas.



Temos, porém, de admitir um duplo erro para sustentar a nossa hipótese: a supressão do /h/ etimológico e a espúria introdução de um /n/. A supressão do /h/ não põe particular problema. Já não assim o acrescento de um /n/. Terá sido erro de grafia? Poderá corresponder a um erro de pronúncia? Será que a palavra *cantus*, “pedra”, sugestionou quem escreveu ou quem mandou escrever?

Ceracantilio (por *cerachatilio*) será ablativo, subentendendo-se *ex*, por se julgar desnecessário. O sufixo *iliu-* / *ilio-* é diminutivo e o seu uso, neste caso, poderia ser depreciativo, significando que a pedra não era exatamente *cerachates*, mas alguma outra (mármore?) com aspeto de ágata amarela.

A inscrição, como se vê, levanta problemas difíceis de resolver; parece-nos, porém, que não se entenderá procurando nela um nome pessoal, e que a melhor interpretação para o final será ver aí uma indicação do valor da peça ou de quanto o dedicante pagou por ela. Não sendo comum, a abreviatura *SE* por *sestertius* não é desconhecida.

46. Inscrições romanas de Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) e de Santo Estêvão (Sabugal)

Em Meimoa (Penamacor) encontrou-se a seguinte inscrição (Curado, 1979, p. 146; *AE*, 1979, n.º 330; Carvalho, 2007, p. 146) (Fig. 2):

PRO SALVTE / IMP(eratoris) NERVAE / [T]RAIANI
CAES(aris) / [A]VG(usti) GERM(anici) VIC / [A]NI
VENIENSES / CAMPVM CONSACRAVE/RVNT

Pela saúde do Imperador Nerva Trajano César Augusto Germânico, os vicanos de Vénia consagraram o campo

Fernando Curado (2006, p. 103, n. 23) admitiu a possibilidade de uma leitura *Vivenienses* em vez de *Venienses*. O nome *Venia* ou *Vivenia* não parece atestado em qualquer outro lugar do Império romano, mas não temos razão para contestar a(s) leitura(s). A forma toponímica mais próxima que podemos recordar é *Veniatia*, na estrada que ligava *Bracara Augusta* a

Asturica Augusta, por *Aquae Flaviae* (Roldán, 1973, pp. 70, 277). Plínio III 4, 26 menciona os *Vennenses no conventus Cluniensis*.

Sobre o sentido de *campus* como área construída, já nos pronunciámos (Alarcão, 2005, p. 124).

Trajano governou de 98 a 117 d.C. Não podemos datar a homenagem com mais precisão. Com efeito, não nos parece significativa a ausência do título de *Dacicus* ou a falta de indicação do poder consular ou do poder tribunício. Os encomendantes ou o lapicida podem ter-se guiado pela legenda do anverso de moedas imperiais que, ainda em 103–111, só continham *Imp Caes Nerva Traian Avg Germ*.

Ainda se não acha satisfatoriamente resolvido o problema da exata localização do *vicus*: em Meimoa mesmo? No Cabeço do Lameirão? No Vale da Canadinha? (Bento, 1978; Carvalho, 2007, pp. 262–264).

Uma outra inscrição “pela saúde” de Trajano, mas infelizmente fragmentada e incompleta, foi encontrada numa parede do cemitério do lugar de Vale da Senhora da Póvoa (sede de freguesia do concelho de Penamacor). Nela se lê (Curado, 2004; Carvalho, 2007, p. 285):

PRO SALVTE ET / REDITV IMP(eratoris) / NERVAE TRA /...

Pela saúde e regresso (ou sucesso?) do Imperador Nerva Trajano...

Neste caso, e porque se perdeu parte do texto, ficamos sem saber quem foi (ou quem foram) o(s) dedicante(s). Também uns *vicani*, habitantes de um *vicus* diferente do de Venia? Se isto é apenas uma hipótese, mais hipotética ainda é a ideia de esses supostos *vicani* terem consagrado também um *campus* a Trajano: podem ter simplesmente prestado homenagem ao imperador sem lhe terem consagrado coisa alguma (eventualmente indicando o motivo da homenagem).

Se tomarmos a expressão *pro reditu* como um voto pelo regresso, com êxito, de alguma expedição militar de Trajano, podemos pensar numa das campanhas da Dácia (101–102 e 105–106) ou na que o imperador realizou contra os Partos (114–117); em qualquer caso não alcançaremos nenhuma significativa preci-

são cronológica e apenas poderemos dizer que a homenagem não será anterior a 101 d.C.

No mesmo lugar de Vale da Senhora da Póvoa (concretamente, no sítio chamado Fonte Santa) foi também recolhida uma ara a Júpiter (Brandão & Pereira, 1962; AE, 1963, n.º 187):

I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / GALLVS / AMOEN(a)E (filius) / A(nimo) L(ibenter) P(osuit)

Galo, filho de Amena, mandou fazer (esta árula) com satisfação, em nome de Júpiter Óptimo Máximo

As inscrições de Vale da Senhora da Póvoa estariam originalmente neste local ou terão sido para aí trazidas, eventualmente na Idade Média? O seu local de origem seria a povoação de Santo Estêvão, que fica próxima? Hübner publicou em *CIL II 455 e 456* duas inscrições que foram vistas por Acúrsio, no século XVI, *in pariete... eccl. S. Mariae in villa S. Stephani de Villalupi*, “na parede...da igreja de Santa Maria na vila de Santo Estêvão de Vila do Lobo”. O lugar, hoje, chama-se Santo Estêvão e é sede de freguesia do concelho do Sabugal. De Santo Estêvão desce, para a ribeira da Meimoa, uma outra ribeira, chamada de Vale do Lobo.

A inscrição *CIL II 455* foi reencontrada por Fernando Curado (1987a), que deu dela a seguinte leitura, corrigindo a de Hübner:

QVINTVS MODESTI F(ilius) A(nnorum) XXV / PLACIDA MODESTI F(ilia) A(nnorum) XIII / BOVDICA FLACCI F(ilia) MODESTVS / CELTIA-TIS F(ilius) LIBERIS VXORI SIBI FECIT[?]

Quinto, filho de Modesto, de 25 anos; Plácida, filha de Modesto, de 13 anos; Boudica, filha de Flaco; Modesto, filho de Celtiate, fez (este epitáfio) para seus filhos, sua mulher e para si próprio

Modesto, por meio deste epitáfio, consagrou um cemitério particular (ou um talhão familiar em cemitério público); enterrou (ou já nele tinha enterrado) seus filhos Quinto e Plácida; mas, antecipando a morte da mulher e a sua própria, inscreveu seu nome e o de Boudica na mesma lápide. Seus outros descendentes (se os tivesse) poderiam vir a ser enterrados no mesmo talhão, com ou sem lápides próprias.

A inscrição *CIL II 456* não foi reencontrada e

não podemos confirmar a leitura que Hübner reproduziu:

TRAIANIO / RVFINO / NIGRO / TERTVLLA /
MATER F(aciendum) C(uravit)

Hübner publicou ainda, em *CIL* II 457, uma outra inscrição achada (ou vista) perto de Santo Estêvão (Osório, 2006, p. 135):

RVFVS / TANCINI F(ilius) VICTO/RIAE V(otum)
S(olvit)

Rufo, filho de Tancino, cumpriu o voto a Vitória

Se não podemos assegurar que as inscrições de Vale da Senhora da Póvoa estavam originalmente nesse lugar, diremos o mesmo das que Hübner atribuiu a Santo Estêvão. Temos de manter aberta a possibilidade de ter existido um *vicus* em Santo Estêvão ou em Vale da Senhora da Póvoa ou em algum outro lugar próximo. Não se conhecem, infelizmente, vestígios arqueológicos que inequivocamente demonstrem a existência deste suposto *vicus*. Os achados arqueológicos de Mosteiros, na freguesia de Santo Estêvão (Curado, 1984; Alarcão, 2004a, pp. 336–339; Osório, 2006, p. 62) não permitem caracterizar a estação. Ficaria o *vicus* na Tapada de Santa Maria (Osório, 2006, pp. 61, 97–98)? Na toponímia portuguesa, o nome de Mosteiro ou Mosteiros assinala frequentemente um lugar com vestígios de ocupação antiga.

Hübner registou ainda, em *CIL* II 4638, um miliário que no século XVI se encontraria junto da igreja de Santa Maria de Vila do Lobo. Segundo Fernando Curado, esta igreja teria existido a menos de 1 km a norte de Santo Estêvão. O autor, tendo reencontrado o miliário, confirmou a leitura (Curado, 1987b; *AE*, 1988, n.º 698):

IMP(eratori) CAE/SARI MARCO / CLAVDIO
TACITO / PIO FELICI INVICTO A/VG(usto)
PONTIFICI MAXI/MO TRIBVNICIE (sic) POT/
ESTATIS (sic) PATRI PATRIE (sic) / PROCONSULI
/ IIIX

Ao Imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com o poder tribunício, Pai da Pátria, Procônsul. XIII milhas

Temos dificuldade em identificar o *caput viae* a partir do qual se contariam as milhas deste miliário de Tácito (275 d.C.). Não há capital de *civitas* identificada na área. Fernando Curado (1987b) admitiu a hipótese de a contagem se fazer partindo do Sabugal. Se é certo que houve povoação romana na área urbana da atual vila (Osório, 2006, pp. 66 e 89–96), não é determinável a categoria que pode ter tido; mas também não é forçoso pensar que o *caput viae* era uma capital de *civitas*. O miliário de Alagoas (Aldeia de Santo António, Sabugal), com a indicação de III ou IV milhas (Curado, 1987; Osório, 2006, p. 146), torna viável a hipótese de a contagem das milhas se ter feito partindo do Sabugal para sudoeste: contando-se 3 ou 4 milhas em Alagoas, contar-se-iam 7 perto de Santo Estêvão (Osório, 2006, pp. 120–121).

47. O nome de Sesimbra

O nome surge, como *Sisinbria*, no foral dado à vila por D. Sancho I em 1201 (*Leges*, pp. 515–517; *DS*, doc. 138). No mapa de Fernando Álvares Seco, datado de 1561 (Ferreira & alii, 1957), a forma é *Cezimbra*. Ao longo dos tempos usaram-se as duas formas, com C- e com S- iniciais. A forma hoje aceite é Sesimbra.

Há muito que Leite de Vasconcelos (1926², p. 362, n. 4) esclareceu a origem do nome, derivando-o do vocábulo greco-latino *sisymbrium* — planta que seria enxadrea, agroens, mentrasto ou masturço de água.

O *Dicionário Houaiss* regista enxadrea ou agrião dos prados; mentrasto ou hortelã de cavalo ou hortelã de folha redonda; masturço, mastruço ou maturço.

Dá-se hoje o nome científico de *Sisymbrium officinale* (L.) Scopoli (e já se lhe deu o de *Erysimum officinale*) a uma planta que, em Portugal, é vulgarmente conhecida como eríssimo das boticas, erva dos cantores ou rinchão.

O *Sisymbrium* é um género com várias espécies. Chama-se *Sisymbrium nasturtium aquaticum* ou *Nasturtium officinale* a uma outra planta cujo nome científico atual é *Rorippe nasturtium aquaticum* (L.) Hayek. Planta aquática, é vulgarmente conhecida como agrião, mastruço-dos-rios ou rabaça-dos-rios.

Dioscórides, em *De Natura Medica*, dá o nome de *Sisymbrium* a duas plantas: ao agrião (isto

é, à *Rorippa nasturcium aquaticum*) e a uma outra do género *Mentha* L, isto é, hortelã.

Ficamos, pois, na dúvida sobre o que era, exactamente, o *Sisymbrium* que poderá ter dado nome a Sesimbra. Podemos presumir que seria planta comum na Arrábida e remeter para os especialistas da flora desta serra a discussão sobre o género e a espécie que estarão na origem do topónimo.

O problema é, todavia, mais complicado. Havia, na Bética, uma cidade romana com o nome de *Cisimbrum* (ou *Cisimbrium*) — cidade que Plínio 3, 10 localiza a sul do Guadalquivir. Ficaria perto e a oeste de Lucena (Tovar, 1974, p. 123; Melchor, 2011, p. 277). Em Zambra recolheram-se inscrições com o nome da cidade (CIL II 2096–2099).

O facto de o <C>, em latim, ter valor fonético de oclusiva velar surda /k/ deixa-nos algumas dúvidas sobre a relação do topónimo *Cisimbrum* com o nome da planta *Sisymbrium*. Será que o nome da nossa Sesimbra (que, recordamos, também se escreveu *Cezimbra*) deve relacionar-se com o topónimo *Cisimbrum*, sem qualquer relação (apesar das aparências) com *sisymbrium*? Será que, pelo contrário, é apenas aparente (e ilusória) a relação de Sesimbra com *Cisimbrum*, e que Sesimbra deriva efetivamente de *sisymbrium*?

Segundo J. P. Machado (1993², voc. Sesimbra), *sisymbrium* seria planta dedicada a Vénus. Não deixa de ser curioso que em Zambra (possível local da *Cisimbrum* da Bética) se tenha encontrado uma inscrição consagrada *Veneris Victricis M(unicipio) F(lavio) C(isimbrensi)* (González, 1981, pp. 39–41; AE, 1984, n.º 496, com algumas dúvidas sobre a leitura).

48. O nome de Tomar

Tem-se ultimamente adotado a forma *Seilium* como nome da cidade romana de Tomar que, no *Itinerário de Antonino*, surge como *Sellium* (Roldán, 1973, p. 67), em Ptolemeu como *Selion* (transcrevemos em caracteres latinos o nome que o geógrafo escreveu em grego) e, no *Parochiale Suevum*, como *Selio* (David, 1947, p. 36). A “correção” baseia-se na forma *Seiliensis* registada em duas inscrições funerárias (CIL II 2562, de Queiroga, na Corunha, e ILER 5410, de Lervão, concelho de Penacova). Numa terceira inscrição, de Quintana da la Serena,

Badajoz, lê-se *Saeliensis* (HEp, 1, 112). As formas *Selium*, *Seilium* e *Saelium* poderão eventualmente explicar-se por normal alternância fonética (Guerra, 1998, pp. 602–603).

Mesmo supondo que *Seiliensis* e *Saeliensis* se reportam a uma cidade que seria capital de civitas, podemos perguntar-nos se essa cidade seria a que ficava onde hoje temos Tomar. A verdade, porém, é que não temos notícia de nenhuma *Seilium* ou *Saelium* peninsular que tenha tido esse estatuto de capital. É provável, pois, que *Seilienses* ou *Saeliensis* tenham sido naturais de *Selium* (= Tomar). A opção por *Seilium* como forma mais correta do nome assenta no princípio de que devemos dar preferência às formas atestadas epigraficamente sobre as que encontramos em textos literários. Acresce que o *Itinerário de Antonino* e a *Geografia* de Ptolemeu, copiados e recopiados ao longo de séculos, podem ter deturpado a grafia original; e quanto ao *Parochiale Suevum*, é testemunho tardio.

A origem do nome Tomar é controversa. Não nos parece que J. M. Piel (1987–1991, pp. 9–11) tenha razão ao considerar insofismável que o topónimo tem origem no fitónimo *tomo* (ou tomilho, o *Thymus vulgaris* dos botânicos).

Tomar parece ter sido, inicialmente, nome do rio que hoje se chama Nabão. Na carta em que D. Afonso Henriques, em 1169, confirma a doação de Tomar aos Templários, ao mesmo tempo que lhes entrega os castelos do Zêzere (Vila Nova da Barquinha) e de Cardiga (Golegã) (DR, doc. 297), chama-se rio de Tomar ao Nabão. Num outro documento, de 1178 (doação a Mestre Fernando de dois reguengos em Ourém, DR, doc. 333), surge Tomarel como nome de rio ou ribeira. Aparentemente, o nome de Tomarel deriva de Tomar com o sufixo *-ellu*, diminutivo. Noutro documento ainda, de 1172 (DR, doc. 309), encontramos o nome de *Tomareis* (*Tomarelis*?) para um convento no atual concelho de Vila Nova de Ourém. Finalmente, em documento de D. Sancho I, de 1194, temos menção de porto de *Thomalia* (DS, doc. 73). Este último nome poderá corresponder a um corónimo: haveria uma região assim chamada. Talvez o nome de Tomar derive de um étimo *Tamaris*. Este era nome do rio Tambre (Galiza), mencionado por Mela III, 1, 11. Ptolemeu II, 6, 2 chama-lhe *Tamára* (García, 2003, pp. 139–141, com dúvidas sobre o horizonte linguístico pré-romano em que o nome deve filiar-se e, consequentemente, sobre o sentido original do nome).

Parece admissível a evolução *Tamaris* > *Tomar*, com um fenómeno de dissimilação que converteu em /o/ a vogal /a/ da sílaba inicial.

A forma *Thomar*, com que o nome também surge em documentos medievais, parece injustificada. Na Idade Média, <th> usa-se em palavras onde se não justifica por razões etimológicas e onde também não tem valor fonético, como em *contheudo*.

A cidade de *Tomar* era ainda chamada *Selio* no século VI, pois esse é o nome que lhe dá o *Parochiale Suevum*. Não temos, infelizmente, documento donde possa deduzir-se quando é que o antigo nome foi substituído pelo de *Tomar*. A substituição pode ter-se dado na época do domínio muçulmano, mas nada nos leva a crer que seja de origem árabe o nome de *Tomar*.

49. O nome *Effrom* na “lenda” de Santa Iria

Na “lenda” de Santa Iria, tal como no-la contam breviários dos fins do século XV e dos inícios do século XVI (Costa, 1974), encontramos o nome *Effrom*, *Effron*, *Effom* ou *Effon*.

Santa Iria era filha de Hermígio e de Eugénia. Esta tinha um irmão, Sélio (o nome da cidade romana de *Tomar* aparece aqui transformado num nome pessoal), que era abade de um mosteiro situado *juxta torrentem qui dicitur Effon*, “junto de um ribeiro a que chamam *Effon*”. Noutras lições, o curso de água é chamado *Effom*, *Effrom* ou *Effron*. Dele se diz que *in Nabanem descendit*, “que desce ao Nabão”.

Adoeceu de amor por Iria o jovem Britaldo, filho de Castinaldo e de Cássia, que tinham seu paço em Nabância. Iria, porém, com boas palavras, conseguiu convencer o jovem de que não podia pretendê-la porque desejava manter-se virgem e devotada ao Senhor.

Vivia Remígio naquele convento do abade Sélio. Aceso em seu coração um pecaminoso amor que o tirou de seu siso, também requesitou Iria. Perante a recusa da virgem, cuidou de infamá-la e arditamente serviu-lhe uma poção que lhe fez inchar o ventre como se estivesse grávida. Britaldo, roído de ciúmes porque pensou que Iria tinha afinal cedido a outro, mandou matá-la por um seu criado. O corpo foi lançado ao rio Nabão e por ele foi levado águas abaixo até ao Zêzere. Do Zêzere passou ao Tejo. E assim o corpo de Santa Iria chegou a Santarém.

Talvez o rio *Effom*, *Effon*, *Effrom* ou *Effron* fosse, na imaginação dos hagiógrafos, a ribeira que hoje se chama do Alvorão, a qual passa por Assentiz (Torres Novas) e corre para a ribeira da Beselga, que desagua no rio Nabão.

Num texto medieval sobre os milagres de Santo António (Nunes, 1912, p. 217) lemos:

Em no reino de Purtugall acerca de hũa vila que he chamada Torres Novas em no bairro d' Elbrom avia hũa mulher casada. E acon-teceo que esta mulher hia a moer trigo em na festa de ssanto Antonio com outra moça de aquelle bairo de Elbrom a dita villa de Torres Novas...

J. J. Nunes (1913, p. 5) sugeriu que *Elbrom* era povoação nos arredores de Torres Novas, talvez correspondente a Alvorão, na freguesia de Assentiz. A sugestão deve aceitar-se, pois não põe problema linguístico a evolução *Elbrom* > Alvorão. Podemos admitir, introduzindo uma ligeira correção, que o *bairro d'Elbrom* é a povoação de Bairro, perto da ribeira do Alvorão.

Elbrom > *Effrom* (ou *Effrom* > *Elbrom*) é evolução que não custa aceitar, se pensarmos na forma medieval *Elbora* por Évora. Quanto à transformação de /b/ em /ff/ ou de /ff/ em /b/ é possível pela intermediação de /v/. A transmutação de /b/ em /v/ é comum na nossa língua, como em *abundare* > *avondar* (forma medieval de *abondar*) ou *sobervia* (forma medieval de *soberba*). Igualmente possível é a transmutação das fricativas /f/ e /v/, como em *aurífice* > *ourives* ou *Stefanum* > *Estêvão*.

Já noutro local (Alarcão, 1988) tivemos ocasião de esclarecer que nunca houve cidade antiga com o nome de Nabância. Nem na área de *Tomar* houve, como se pretendeu, uma cidade chamada *Concordia* (Alarcão, 1988). Esta segunda fábula foi criada pelo jesuíta espanhol P.^o Jerónimo Román de la Higuera, que inventou textos supostamente existentes no mosteiro beneditino alemão de Fulda (Cerejo, 1983; Mattoso, 2013, pp. 270–271).

50. A família Cornélia na Beira Interior?

Marcos Osório publicou uma ara consagrada *Vordo Talaconio* recolhida em Sortelha (Sabugal) (Osório, 1999).

O dedicante identifica-se apenas por siglas, que o autor restituiu, com dúvidas, como *M(arcus) C(ornelius) O(...)*, renunciando a propor uma restituição do *cognomen*.

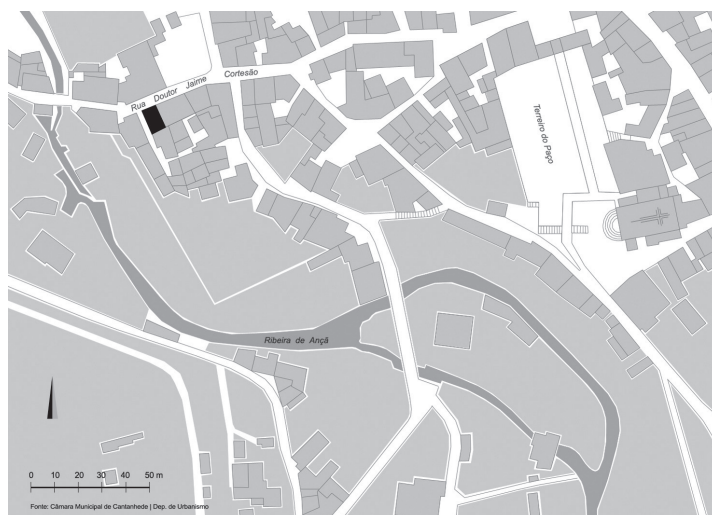
É possível que Marcos Osório tenha razão e que tenha havido, na Beira Interior, um ramo daquela famosa família romana — assim como em Centum Celas (Belmonte) terá residido um ramo da não menos notável família *Caecilia* (Alarcão, 2012, p. 115).

Os *Cornelii* estão representados na Lusitânia, designadamente em Mérida e Idanha-a-Velha, e alguns deles usaram o *praenomen Marcus* (*Atlas...*). Na área do Sabugal temos hoje o monte de S. Cornélio e o Cabeço dos Cornelhos. Este último nome talvez se não deva entender como monte dos “pequenos cornos”, mas poderá derivar de *Cornelii*, vista a normal evolução *-li-* > *-lh-*, como em *filius* > filho ou *concilium* > concelho.

Frei Bernardo de Brito (1975, p. 176), escrevendo no século XVII, referiu ser tradição imemorial dos vizinhos de Centum Celas a identificação da torre como a própria em que S. Cornélio esteve desterrado e preso.

Jaime Lopes Dias (1963, pp. 53–56) recorda que os criadores de gado da área, em recuados tempos, ofereciam a S. Cornélio, na sua capela, os chifres dos animais, e refere a lenda de um bispo da Guarda que, scandalizado de ver tanta chifraria na capela de S. Cornélio, mandou lançar ao Zêzere toda essa cornadura. Regressado ao paço episcopal, começou o bispo a sentir fortes dores de cabeça e logo na testa lhe cresceram chifres, dos quais o prelado só se livrou depois de ter mandado recolher e repor na capela os ex-votos que por sua ordem tinham sido despejados no rio.

Se em Centum Celas viveu uma família *Caecilia*, é possível que, em algum lugar entre Belmonte e Sabugal, tenha existido uma família *Cornelia*, cuja memória terá dado origem à toponímia e à lenda. A existência desta família nessa área é, porém, apenas uma hipótese assente numas siglas cujo desdobramento é incerto. Talvez alguma outra epígrafe venha algum dia confirmar a hipótese. De qualquer forma, a consagração de uma ara a divindade indígena por família romana da melhor cepa nada tem de extraordinário e insere-se numa “estratégia” de manter boas relações com os indígenas.



51. A villa romana de Ançã (Cantanhede)

Em Dezembro de 1978, num prédio da rua do Dr. Jaime Cortesão, em Ançã — prédio de que era proprietário, nessa data, José Maria da Soledade Lopes — foi parcialmente posto a descoberto um mosaico romano. O achado foi feito quando se procedia à abertura de uma fossa sanitária. Não nos foi possível fazer mais do que fotografar (aliás, em péssimas condições de luz) o mosaico, realizar uma planta de localização e recolher um fragmento de pintura mural com motivo vegetalista e dois fragmentos de escultura(s) de mármore (Figs. 3 e 4).

O proprietário cedeu ao Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) os fragmentos de escultura, que vieram a ser publicados por Vasco de Souza (1995, pp. 25–26) e Luís Jorge Gonçalves (2007, pp. 219, 222, erradamente atribuindo um dos fragmentos a escavações antigas de Santos Rocha).

Consta-nos terem aparecido novos restos de mosaico em Janeiro de 1979, em prédio de António Gonçalves, vizinho do anterior.

A notícia mais antiga que conhecemos de achados romanos em Ançã foi dada por Henriques Seco (1853, p. 5), que escreveu:

...comprou o Sr. José da Cunha Pereira Bandeira de Neiva um quintal no sítio da fonte, e escavando-o para nivellar o terreno, teve ocasião de encontrar (1842 ou 1843) uma elegante figura de fino alabastro, em meio corpo de dois palmos e meio d'alto, parecendo representar um mancebo romano, que facilmente obtiveram os Srs. Ferreiras Pin-

Fig. 3 — Planta parcial da vila de Ançã fornecida pela Câmara Municipal de Cantanhede, com localização dos achados feitos em 1978.

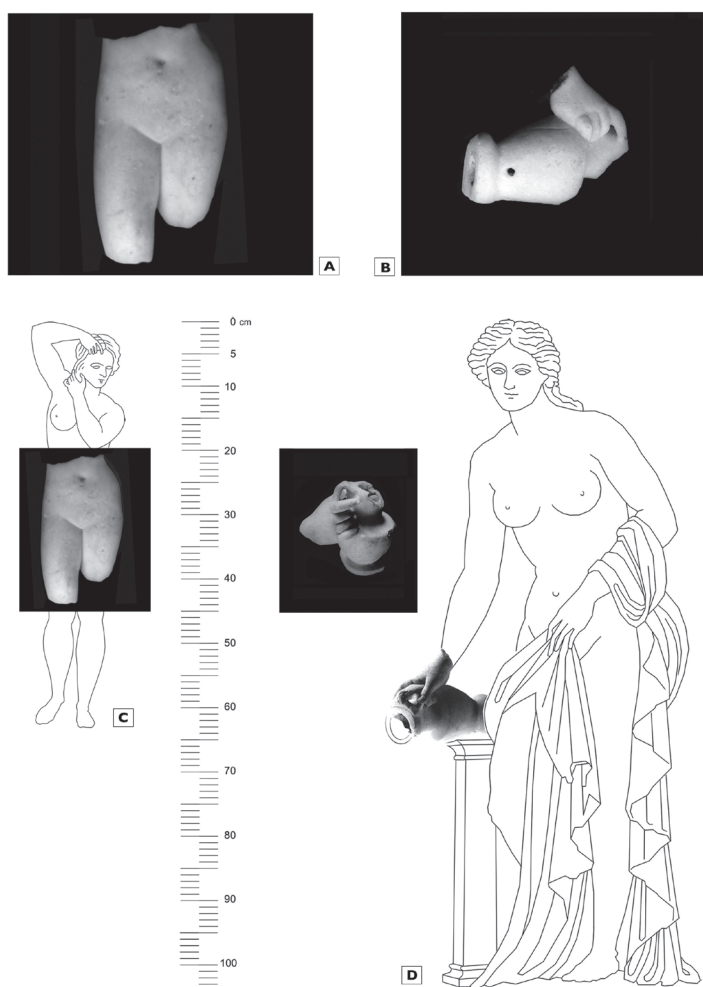


Fig. 4 – Fragmentos de esculturas achados em 1978 na vila romana de Ançã e reconstituição das peças partindo das dimensões desses fragmentos. As fotografias A e B são apresentadas sem escala; mas reproduzem-se, à escala, nas figuras C e D (servindo a mesma escala para os dois desenhos de reconstituição).

tos, em cujo poder hoje está; quatro ou cinco arcos todos de tijolo de dois a três palmos d' altura, e outro tanto de largura; um pavimento de lindo mosaico; grande porção d' argamassa mui compacta, com engraçados relevos, e um tubo de chumbo, que sendo de duas polegadas de diâmetro na extremidade inferior, ia engrossando proporcionalmente para a outra extremidade, que não observaram por se achar introduzida na parede da casa alheia...

Acrescentou o mesmo autor que vestígios antigos tinham também aparecido no quintal do morgado João Agostinho, próximo do anterior. Se transcrevemos estes pormenores de proprietários, aparentemente menos relevantes, é porque, através de livros antigos de matrizes prediais ou de registos notariais, se poderão eventualmente localizar os achados feitos nos meados do século XIX.

Os arcos de tijolo a que Henriques Seco se refere

eram certamente os de um hipocausto. O cano de chumbo conduziria água para as termas? Henriques Seco teve conhecimento de um opúsculo laudatório de Ançã, escrito por um Damião José Saraiva, e no qual se diria que o proprietário desta villa romana teria sido um Flávio Ervígio. Damião José Saraiva, autor do opúsculo (que não nos consta ter sido em algum tempo publicado), seria homem erudito com propriedades em Ançã e aí residente. Terá morrido em 1798 (Figueiredo, 1890, p. 42). José Abelaira, em carta que nos dirigiu em Janeiro de 1979, informou-nos ter encontrado, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um tombo da vila de Ançã com referência a propriedades de herdeiros de Damião José Saraiva.

O tal Flávio Ervígio é, possivelmente, invenção. Poderíamos admitir ter Damião José Saraiva encontrado alguma inscrição com esse nome. *Ervigius* é, porém, desconhecido da onomástica latina da Lusitânia ou mesmo da peninsular. Se algum nome podemos sugerir para o proprietário da villa romana de Ançã, será o de *Antius*, presente em diversos lugares da Lusitânia, designadamente em Mérida e em Idanha-a-Velha (*Atlas...*). De *Antius* terá derivado o nome de villa *Antiana*, que estará na origem do topónimo Ançã. Nos séculos XI e XII encontramos a forma *Anzana* (Alarcão, 2004b, pp. 69–70). Santos Rocha fez novos achados em Ançã em 1899 (Rocha, 1889–1903) e recolheu pedaços de mosaico que levou para o Museu da Figueira da Foz (Rocha, 1905, p. 158).

O *Comércio de Minho* de 12 de Outubro de 1899, noticiando estes achados, refere terem sido reconhecidos cinco compartimentos, ainda que nenhum tenha sido posto inteiramente a descoberto; e acrescenta que outros compartimentos não puderam ser explorados por se acharem sob prédios. A. Nogueira Gonçalves (*apud* Correia & Gonçalves, 1953, p. 31) declara ter visto (presumimos que nos finais da década de 1940 ou nos inícios da de 1950) mosaicos junto da fonte. Esta é uma construção de 1674, junto da capela do Senhor da Fonte.

Aos achados de Ançã se têm referido outros autores, que foram compendiados por Carlos Cruz (2005, pp. 28–32). Este autor ilustra os fragmentos de mosaico vistos ou recolhidos.

Para além da atividade agropecuária, em terras férteis que a ribeira de Ançã irrigava, o proprietário da villa poderá ter tirado algum proveito da exploração dos calcários da área.

Estes já se encontram utilizados em Conimbriga (Tavares, 1977, p. 273). A exploração continuou pelos tempos fora. Em calcário de Ançã (ou de Portunhos) foram feitos frisos da igreja de S. Frutuoso de Montélios (Braga) (Castro, 1965) e o sarcófago de S. Martinho de Dume (Schlunk, 1968). Como é bem sabido, os escultores da Renascença coimbrã utilizaram muito este material, em esculturas de vulto e em retábulos.

Os dois fragmentos de estatuária que republicamos (os recolhidos em 1978 e, como dissemos, já apresentados por Vasco de Souza e Luís Jorge Gonçalves) não podem atribuir-se à mesma peça. A nossa Fig. 4 mostra que a mão com jarro pertenceu a uma figura maior do que aquela de que se conservaram o ventre e a parte superior das pernas. Podemos todavia imaginar que as duas peças estariam a par uma da outra, nas termas da *villa* ou no jardim do seu peristilo. O jarro pertenceria a uma Vénus; a outra figura seria uma *Psyché*? Haveria uma terceira, de Eros? Não se esqueça a informação (de Henrique Seco) de que também foi descoberta “uma elegante figura de fino alabastro, em meio corpo de dois palmos e meio d’ altura, parecendo representar um mancebo romano”. A medida corresponde a cerca de 0,56 m, que seria sensivelmente a altura da figura feminina de que se conserva o baixo-ventre. A figura de *Psyché* não se apresenta, porém (pelo menos normalmente) desnuda.

52. Pedrógão Grande, o franco Uzberto e S. Neutel

Em 1135, D. Afonso Henriques doou a herdade de Pedrógão a Uzberto, Mónio Martins e Fernando Martins (DR, doc. 126):

Habet enim terminos per montem qui vocatur Signum Salomon et inde per cimalias de Alvares ac deinde per cimalias de Sonieir et inde per cimalias Ameoso ac deinceps per cimalias de Squalos et inde per cimalias de Salzedo et per cimalias de Nadavi ac deinde ad monasterium de Algia quomodo concludit Algia cum Unzezar et inde unde primus incoavit.

Tem os seguintes limites: pelo monte que chamam do Signo Saimão, e pela cumeada de Alvares, e pelas de Sonieir, de Amioso, de Escalos, de Salzedas e de Ana de Avis; daí vai ao mosteiro de Alge, desce pela ribeira do mesmo

nome até à confluência com o rio Zêzere e vai por este até ao ponto onde começou.

O “monte que chamam do Signo Saimão” ficava, provavelmente, nas imediações de Mestras (Góis). Há aqui gravuras rupestres da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (Nunes, Pereira & Barros, 1959; Nunes & Pereira, 1974). Formam dois conjuntos, hoje conhecidos como “Pedra Letreira” e “Pedra Riscada”. Em nenhum deles se observam sinais que possam lembrar o “signo saimão” ou o “signo de Salomão”; mas também em nenhum deles se vê semelhança de letras — e, todavia, um chama-se “Pedra Letreira”. É bem possível que, no século XII, se desse o nome de “monte do Signo Saimão” a um destes conjuntos de gravuras proto-históricas.

A cumeada de Alvares ficaria a norte da atual povoação do mesmo nome. O nome de *Sonieir*, cuja etimologia e significado desconhecemos, estará hoje conservado no da ribeira do Sinhel? Ou em Amioso do Senhor?

Amioso, Escalos, Salzedas (ou Sarzedas) e Ana de Avis são topónimos que se mantêm.

Chegava assim a herdade a um mosteiro nas imediações da ribeira de Alge, talvez nas vizinhanças da atual ermida de S. Neutel. Descia pela ribeira até ao rio Zêzere, que constituía o limite meridional da herdade. O documento não revela o nome do mosteiro da ribeira de Alge. Já seria S. Neutel?

Osberto ou Uzberto era um franco vindo possivelmente com o conde D. Henrique (ou com D. Raimundo). D. Teresa havia-lhe doado, em 1128, o couto de Figueira, no concelho de Anadia. D. Afonso Henriques deu-lhe Pedrógão em 1135 e, logo em 1136, o foral dado a Miranda do Corvo (Leges, pp. 373–374) deixa crer que a vila era de Uzberto (Ventura & Faria, 1990, pp. 57–58; Mattoso, 1981, p. 316).

A família de Uzberto manteve-se na região. Seu filho Pedro *Uzbertis* deu foral a Arganil em 1175 (Leges, p. 403; LP, doc. 663). Sua filha Maior (ou Mor) *Uzbertiz* casou com Fernão Pais da Cunha, senhor de Tábua (Mattoso, 1981, pp. 319, 320, 323).

Por esta herdade de Pedrógão corria a ribeira que hoje se chama de Nodel mas a que o foral da Covilhã, de 1186, dá o nome de *Nudeir* (DS, doc. 12). *Nudeir* poderá estar por *Nudeiro*, *Nodeiro* ou *Noder*. Na doação do reguengo de Monsalude por D. Sancho I, em 1200, a D. Pedro Afonso, filho ilegítimo de D. Afonso Henriques, refere-se a *aqua de Noder* (DS, doc.

134). Qualquer destas formas explica o nome da atual aldeia de Nodeirinho, sobre a ribeira de Nodel. Podemos perguntar-nos se a divergência gráfica entre /u/ e /o/ corresponde a divergência fonética.

Joaquim da Silveira (1937, p. 80) explicou o nome de *Nodeir* > *Nodel* a partir do antropónimo *Notarius*. Do ponto de vista filológico, a explicação parece credível.

O mesmo antropónimo *Notarius* poderá explicar o nome da aldeia de A de Nodeiro, junto do rio Asnos, na freguesia de Calde do concelho de Viseu (na Carta Militar de Portugal, 1:25 000, o nome aparece indevidamente como Adenodeiro). Refere-se a este local um documento de 1133 (DR, doc. 132): *illam turrem de Cleit cum campo de Nodeyro*.

Renunciando por agora a investigar se existe relação de *Noder* com *Nodar* (que, no século XIII, nos surge, por exemplo, no concelho de S. Pedro do Sul e talvez na região de Arouca, vid. Inq.: 926 e 944) ou com *Noudar* (que Silveira, 1937, p. 79, deriva do árabe *nuádar*, plural de *nadr*, “fortificação”), observaremos que, não muito longe da ribeira de Nodel, mais precisamente junto da ribeira de Alge, existe uma capela consagrada a S. Neutel.

Não se nos afigura impossível atribuir a Neutel e a Nodel o mesmo étimo. Com efeito, encontramos Olaia por Eulália. Assim, o /eu/ de Neutel poderia ter dado o /o/ de **Notel*, e este nome, por abrandamento do /t/, teria resultado em Nodel.

José Leite de Vasconcelos (1926²) considerou Neutel como corrupção de Eleutério, através de uma hipotética forma Leutel. Nisto foi seguido por J. P. Machado (1993², voc. Neutel). Também aqui, do ponto de vista linguístico, não podemos deduzir objeção.

É possível, porém, que Neutel derive de *Necterus*. A evolução teria sido *Necterus* > *Neuterius* > *Neutellus* > Neutel.

A vocalização do /c/ do grupo /ct/ é comum, como em *nocte* > *noute* ou *noite* ou em *fructum* > *fruito* (forma antiga de fruto). Não é, aliás, um fenómeno específico do galaico-português (Lorenzo, 2009, pp. 304–306).

Donde virá o nome Neutel? Ou, posta a pergunta doutra forma: é legítimo considerar um étimo *Necterus*?

Segundo a *Bibliotheca Sanctorum*, IX, voc. *Necterio*, lat. *Necterus*, fr. *Nectaire*, Saint Nectaire foi muito venerado na região francesa de

Auvergne e é patrono de uma das mais famosas igrejas românicas do centro de França. Segundo a tradição, teria sido o evangelizador da região, no século III d.C.

Se acaso o S. Neutel das vizinhanças da ribeira de Alge é o santo de Auvergne, terá o culto sido introduzido aí pelo franco Uzberto?

O documento de doação da herdade de Pedrógão a Uzberto fala do mosteiro, mas, como vimos, não indica o seu padroeiro. Podemos admitir que em 1135, quando Uzberto recebeu a herdade, já era da invocação de S. Neutel (ou *Necterus*), e que havia sido fundado por algum dos muitos imigrantes que, nos fins do século XI e nos inícios do XII, vieram de França e Aragões para a região de Coimbra? Ou que foi reformado por Uzberto, e que foi este quem lhe deu o santo por padroeiro? A título de curiosidade, registaremos que A. Nogueira Gonçalves (1980, pp. 191–205) aproximou o nártex da igreja de Santa Cruz de Coimbra do nártex da igreja românica de Saint Nectaire (França).

O culto de S. Neutel não teve grande difusão em Portugal. Há, todavia, em Chaves, um baluarte construído entre 1764 e 1768 pelo governador de armas General Andrade e Sousa e chamado forte de S. Neutel (*Guia de Portugal*, V (I), p. 414).

Nos séculos XVII e XVIII eram importantes as fábricas de produção de ferro da ribeira de Alge, nas quais se fundia peças de Artilheria (Rodrigues & Gomes, 2012, p. 315). É possível que a fama desses canhões (ou a encomenda deles para o forte de Chaves) explique o nome. Mais difícil de explicar nos parece o nome de S. Neutel na freguesia de Vila Nova da Baronia, no concelho de Alvito. Também obtivemos informação, através do P.^o Dr. José Eduardo Reis Coutinho, de que existe uma capela consagrada a S. Neutel na mesma freguesia.

Acaso o S. Neutel de Alvito deriva de Eleutério? Em S. Neutel terão casualmente concorrido dois étimos, *Necterus* (na ribeira de Alge) e *Eleuterius* (através de **Leutel*, como propôs Leite de Vasconcelos, no concelho de Alvito)?

A investigação toponímica é um campo armadilhado de covas onde facilmente podemos cair. O estudo meramente linguístico deve ser acompanhado por investigações históricas de outra natureza; mas estas também nos podem conduzir a falsas explicações e nem sempre encontramos nelas seguro critério para confirmar ou infirmar estudos linguísticos.

Agradecimentos

Ao Dr. José Luís Madeira, pelos desenhos que ilustram este artigo; aos Professores Francisco de Oliveira e José d' Encarnação, pelas observações que fizeram à nossa nota 45; ao Prof. Jorge Paiva, pelas informações que integrámos na nota 47; ao Pe Dr. José Eduardo Reis Coutinho, por informações sobre o culto de S. Neutel.

Bibliografia citada

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1995) - Las inscripciones latinas de Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres) y el culto de Ataecina en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, pp. 31–105.

AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.

ALARCÃO, Jorge de (1988) - Nabância e Concórdia. *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém. 2.ª série. 2, pp. 59–66.

ALARCÃO, Jorge de (2004a) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 317–342.

ALARCÃO, Jorge de (2004b) - In territorium Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ALARCÃO, Jorge de (2005) - Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 119–131.

ALARCÃO, Jorge de (2012) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, pp. 113–137.

ALARCÃO, Jorge de (2013) - *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidade de Coimbra e Porto.

Atlas... = *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius, 2003.

BARROCA, Mário Jorge (1996–1997) - A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do séc. XII. *Portugalia*. Porto. Nova série. 17–18, pp. 171–209.

BENTO, Mário Pires (1978) - Estações arqueológicas romanas de Meimoa (Beira Baixa). *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco. Nova série. 3, pp. 80–88.

Bibliotheca Sanctorum. IX. Roma: Istituto Giovanni XXIII della Pontificia Università Lateranense e Città Nuova Editrice, 1967.

BRANDÃO, Domingos de Pinho; PEREIRA, José Miguel (1962) - Ara dedicada a Júpiter do Vale da Senhora da Póvoa - Penamacor. *Studium Generale*. Porto. 9:1, pp. 310–312.

BRITO, Frei Bernardo de (1975) - *Monarquia Lusitana* (Introdução de A. da Silva REGO e Notas de A. A. Ba-nha de ANDRADE e M. dos Santos ALVES). Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda.

CARVALHO, Pedro C. (2007) - *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão: Câmara Municipal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

CASTRO, Luís de Albuquerque e (1965) - Os frisos de calcário da capela de S. Frutuoso de Montélios (Braga). *Lucerna*. Porto. 4, pp. 290–294.

CEREJO, António (1983) - O mistério dos Santos Mártires. *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*. Tomar, 6, pp. 25–93.

CIL II = HÜBNER, Emil (1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum, II: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: Georg Reimer.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1953) - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

COSTA, Avelino de Jesus da (1974) - Santa Iria e Santarém: revisão de um problema hagiográfico e toponímico. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 14:3, pp. 1–63; 521–530.

- CRUZ, Carlos Manuel Simões (2005) - *Carta arqueológica do concelho de Cantanhede*. Cantanhede: Câmara Municipal.
- CURADO, Fernando Patrício (1979) - Epigrafia das Beiras. *Conimbriga*. Coimbra. 18, pp. 131–148.
- CURADO, Fernando Patrício (1984) - Cipo proveniente de Santo Estêvão (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 7, n.º 29.
- CURADO, Fernando Patrício (1987a) - Lápide funerária de Santo Estêvão (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 22, n.º 101.
- CURADO, Fernando Patrício (1987b) - Marco miliário de Alagoas (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 22, n.º 102.
- CURADO, Fernando Patrício (2004) - Epigrafia latina do concelho de Penamacor: novos documentos. *Reconquista*. Castelo Branco. 3045, p. 39.
- CURADO, Fernando Patrício (2006) - Reflexões em torno do *terminus augustalis* (dito) de Peroviseu. *Eburobriga*. Fundação. 4, pp. 99–119.
- DAVID, Pierre (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du V^e au XII^e siècle*. Lisboa: Livraria Portuguesa Editora; Paris: Les Belles-Lettres.
- DIAS, Jaime Lopes (1963) - São Cornélio e os chifres. *Etnografia da Beira*, vol. 9, Lisboa: Livraria Férrin, L^{da}.
- DR = *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. 2 vols. Edição de AZEVEDO, Rui de. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962.
- DS = *Documentos de D. Sancho (1174.1211)*. Edição de AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.
- FERREIRA, Alves; MORAIS, José Custódio de; GIRÃO, Aristides de Amorim (1957) - *O mais antigo mapa de Portugal (1561)*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra (Separata de *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*).
- GARCÍA ALONSO; Juan L. (2003) - *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- GONÇALVES, António Nogueira (1980) - *Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra: EPARTUR (Edições Portuguesas de Arte e Turismo).
- GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues (2007) - *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián (1981) - Inscripciones inéditas de Córdoba y su provincia. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 17, pp. 39–54.
- GUERRA, Amílcar (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular* (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- Guia de Portugal. V. Trás-os-Montes e Alto-Douro. I. Vila Real, Chaves e Barroso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HEp. = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- HOUAISS = *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- ILER = VIVES GATELL, José - *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona: Universidad; Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- IRCP = ENCARNACÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Leges = *Portugaliae Monumenta Historica. Leges*. Lisboa: Academia das Ciências, 1856.
- LOPES, Maria Conceição (2003) - *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LORENZO, Ramón (2009) - Fenómenos fonéticos relacionados co substrato. In KREMER, Dieter, ed. - *Onomástica galega. II. Onímia e onomástica prerromana e a situación lingüística do Noroeste peninsular*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 299–317.
- LP = *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral. Direcção e coordenação editorial de RODRIGUES, Manuel Augusto. Direcção científica de COSTA, Avelino de Jesus da. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LS = *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do séc. XII*. Edição de VENTURA, Leontina; FARIA, Ana Santiago. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

- MACHADO, José Pedro (1993²) - *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1997) - *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MATTOSO, José (1981) - *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (2013) - *Poderes invisíveis. O imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MELCHOR GIL, Enrique (2011) - Élités supralocales en la Bética entre la civitas y la provincia In CABALLOS RUFINO, Antonio; LEFEBVRE, Sabine, eds. - *Roma generadora de identidades: la experiencia hispana*. Madrid: Casa de Velázquez; Sevilla: Universidad, pp. 267–300.
- NUNES, João de Castro; PEREIRA, Augusto Nunes; BARROS, A. Melão (1959) - *A Pedra Letreira*. Góis: Câmara Municipal.
- NUNES, João de Castro; PEREIRA, Augusto Nunes (1974) - *A Pedra Riscada*. Sá da Bandeira (Separata da Revista dos Cursos de Letras).
- NUNES, José Joaquim (1912-1913) - Textos antigos portugueses. Cousas notáveis e milagres de Santo António de Lisboa. *Revista Lusitana*. Lisboa. 15, pp. 177–235 e 16, pp. 1-40.
- OSÓRIO, Marcos (1999) - Ara dedicada a Vórdio Talaconio de Sortelha (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra. 61, n.º 276.
- OSÓRIO, Marcos (2006) - *O povoamento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal.
- PIEL, Joseph Maria (1987–1991) - Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra. 19, pp. 1–26.
- ROCHA, António dos Santos (1899–1903) - Ruínas romanas de Ançã. *Portugalia*. Porto. 1, pp. 814–816.
- ROCHA, António dos Santos (1905) - *O Museu Municipal da Figueira da Foz*. *Catálogo Geral*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- RODRIGUES, Mário Rui Simões; GOMES, Saul António (2012) - *Notícias e Memórias paroquiais setecentistas*. 10. Ansião. Coimbra: Palimage.
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel (1973) - Itineraria Hispana. *Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad; Granada: Universidad.
- SCHLUNK, Helmut (1968) - Ein Sarkophag zu Dume im Museum in Braga. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 9, pp. 424–458.
- SECCO, António Luís de Sousa Henriques (1853) - *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*. Coimbra: Universidade.
- SILVA, Ricardo (2000) - A Pedra Letreira (Amieiros, Alvares, Góis). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8, pp. 249–250.
- SILVEIRA, Joaquim da (1937) - Toponímia portuguesa. *Revista Lusitana*. Lisboa. 35, pp. 50–139.
- SOUZA, Vasco de (1990) - *Corpus Signorum Imperii Romani. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- TAVARES, António (1997) - Matériaux de construction et de décoration. In ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert - *Fouilles de Conimbriga. I. L'architecture*. Paris: De Boccard, pp. 272–275.
- TOVAR LLORENTE, Antonio (1974) - *Iberisches Landeskunde, II (I)*. Baetica. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- VASCONCELOS, José Leite de (1926²) - *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional.